



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638543 - SP (2021/0001099-3)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCAS MATHEUS MOLINA - SP329364
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO VICTOR DE SOUZA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VICTOR DE SOUZA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1500339-81.2020.8.26.0583).

O paciente foi condenado por infringência ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 583 dias-multa, de valor unitário mínimo.

A impetrante busca a nulidade do feito pela quebra da cadeia de custódia, e porque o ingresso no domicílio aconteceu sem autorização judicial.

Requer a concessão liminar da presente ordem para que o paciente seja cautelarmente colocado em liberdade até o final do julgamento do presente *writ*; e a absolvição do paciente por ausência de provas lícitas quanto à materialidade delitiva, com fundamento no art. 386, II e VII, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente